



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 85/2022

Pregão Presencial Registro de Preços n.º 29/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DO SERVIÇOS RELATIVOS AOS PROJETOS ESPORTIVOS – SEM FRONTEIRAS PARA O ESPORTE E INTEGRAR DE ESPORTE E SUPERAÇÃO REGIONAL.

RELATÓRIO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 3.º da Lei n.º Lei 8.666/93.

O Processo foi deflagrado a partir de solicitação expressa apresentada pela Secretária Municipal de Esportes, Sr. Rosenei Costa Leite. O pedido está acompanhado de justificativa e descrição dos materiais e equipamentos que serão utilizados no evento. Parte dos recursos serão destinados pelo governo do Estado de Mato Grosso, através do FUNDED.

O setor de contabilidade informou a existência de dotação orçamentária para atender à despesa. O prefeito Martins Dias de Oliveira autorizou a abertura do processo licitatório. Estão anexados os orçamentos fornecidos por empresas do ramo. A Comissão de Licitação está regularizada. Estão anexadas as minutas do Edital, Ata de Registro de Preços e do Contrato.

Era o que havia a relatar.

FUNDAMENTAÇÃO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 38.º da Lei 8.666/93, o qual transcreve-se:

“Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração”. De maneira que o parecer se refere a análise jurídica dos documentos inseridos ao processo nessa fase interna da licitação.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

O artigo nº 191, da Lei 14.300/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes das Leis 8666/93 e 10.520/2002.

A justificativa para a contratação apresentada pelo secretário municipal de esportes é que o evento é de suma importância pois congrega atletas de diferentes faixas etárias, nas diferentes modalidades de esportes. Aduz que o evento irá favorecer no enriquecimento do repertório esportivo entre os atletas. E que haverá a participação de crianças, jovens, adultos e idosos, além de integrar a comunidade e pessoas de vários municípios.

Está anexado o Documento Técnico de Projeto, do qual se extrai que se trata da execução de dois projetos, sendo:

1º PROJETO SEM FRONTEIRAS PARA O ESPORTE- (período 04/11/2022 a 27/11/2022).

Modalidades:

Copa Fronteira de Futebol Society Feminino

Copa fronteira de Futebol Society Masculino

Copa Fronteira de Volei de Rua 4x4 Masculino e Feminino

Copa Fronteira de Ciclismo – MTB

2º PROJETO INTEGRAR DE ESPORTE E SUPERACÃO REGIONAL – (Período 02/12/2022 a 18/12/2022)

Eventos:

2ª Copa Integrar Futebol Society Aberto

2ª Copa Integrar Futsal Aberto

2º Copa Integrar Futebol de Campo Aberto

2º Copa Integrar Com de Bola/Bom de Escola de Futebol de Campo Sub Base.

O Termo de Referência – Relação de Bens – está anexado, e nele se observa que a prefeitura pretende a aquisição de produtos que podem ser considerados de uso permanentes, tais como, cronômetros digitais, redes, bolas para diversas modalidades, bolsas de massagista, sacos de bolas e bombas. Além da contratação de serviços, tais como



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

equipe de arbitragem e mesários. Outros serviços serão prestados pela contratada, os quais estão relacionados nos orçamentos, dentre eles o fornecimento de alimentação aos participantes e os serviços de divulgação e publicidade do evento, e ainda serviços de primeiros socorros. Observe-se que a aquisição dos materiais esportivos duráveis foi licitada no Processo Administrativo nº 49/22, do Pregão para Registro de Preços n.º 19/2022 (objeto: Contratação de Empresa para a realização do Circuito Regional de Esporte e Integração).

Atente-se que publicação da abertura do pregão ocorreu no dia 14 de novembro de 2022, enquanto a realização do evento estava prevista para iniciar no dia 04 de novembro de 2022.

A prefeitura pretende contratar apenas uma empresa para o fornecimento de todos os produtos e serviços. Vale destacar que não há estudos de vantajosidade sobre a contratação de única empresa para o fornecimento de todos os serviços necessários à realização do evento.

Os recursos para a realização do evento são oriundos do Governo do Estado de Mato Grosso, através do Fundo de Desenvolvimento Desportivo – FUNDED-MT, totalizando o valor de R\$ 685.060,60, consoante DADOS DO PROJETO PROPOSTA anexado ao processo (Proposta 2604-2022).

A modalidade de licitação proposta é o Pregão Presencial para registro de preços, regida pela Lei nº 10.520, de 17 de agosto de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e o tipo é o menor preço por unidade.

O “caput” do artigo 1.º da Lei n.º 10.520/02, possibilita a adoção da modalidade licitatória Pregão Presencial para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, devendo os mesmos ser objetivamente definidos em Edital.

O Sistema de Registro de Preços está originalmente previsto no artigo 15 da Lei 8.666/93, que assim dispõe:

“Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

II- ser processadas através de sistema de registro de preços;

(...)

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições: (...)

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios,



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições”.

O sistema de registro de preço emerge como procedimento especial, vinculado e integrante do procedimento licitatório, com o propósito de otimizar a finalidade da licitação na obtenção de proposta mais vantajosa, sempre que não for possível definir, na conclusão do certame, as quantidades contratuais a serem executadas.

O Registro de Preço tem cabimento para evitar que a Administração celebre um contrato cujas quantidades, por imprevisão natural, possam não ser necessárias, ou também para que a Administração possa realizar um certame público antes de eventuais necessidades futuras e emergenciais, evitando assim as famigeradas contratações diretas ou fracionadas cartas convites.

No caso, o Termo de Referência/Relação de Itens estima as quantidades de produtos e serviços que serão adquiridos e contratados, mas não a efetiva quantidade que será utilizada, haja vista que depende da demanda de inscrições que serão realizadas para participação no evento.

O Edital define o objeto como sendo o Registro de Preços para a Contratação sob demanda de Registro de Preço para futura e eventual aquisição de material e serviços para realização de evento denominado circuito regional de esporte e integração.

Cabe à administração providenciar a descrição do objeto pretendido na licitação com sua adequada caracterização e de todos os respectivos atributos. A indicação e definição exata do objeto licitatório é requisito de validade ou condição deste procedimento.

A definição do objeto deve indicar, de modo sucinto, preciso, suficiente e claro, o meio pelo a necessidade da administração deverá ser satisfeita, devendo ser explicitada de modo conciso, mas completo, o que a Administração deseja contratar.

A definição precisa do objeto é exigência da Lei nº 8.666/93, em seus Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I, dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara”

A relação dos itens que serão contratados está anexada e apresenta a quantidade, valor médio, e valor total de cada item. Cabendo à Comissão de Licitação a checagem dos valores que estão dispostos, a fim de evitar o superfaturamento dos produtos que serão adquiridos. De maneira que a descrição do objeto atenda à exigência legal.

Não está anexado o cronograma de realização do evento, bem como o número de equipes participantes.

O sistema de registro de preço emerge como procedimento especial, vinculado e integrante do procedimento licitatório, com o propósito de otimizar a finalidade da licitação



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

na obtenção de proposta mais vantajosa, sempre que não for possível definir, na conclusão do certame, as quantidades contratuais a serem executadas.

A minuta do Edital, a Ata de Registro de Preços e o Contrato atendem aos requisitos legais.

Não cabe ao parecerista tratar do mérito da contratação, no entanto, vale mencionar que as contratações que demandam recursos públicos devem estar em consonância com o disposto no artigo 3.º "caput" da Lei de licitações. No entanto, o processo licitatório deve seguir os ditames legais, sendo, portanto, necessário sanar as irregularidades apontadas. Sendo que para o prosseguimento é imprescindível as adequações.

Salienta-se, por oportuno, que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

CONCLUSÃO:

No caso, o Edital, anexos e a minuta de Contrato que compõem o processo, atendem à legislação pertinente, assim, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação.

S.M.J.

Porto Esperidião, 10 de novembro de 2022.

José de Barros Neto

Portaria n.º 58/12

José de Barros Neto
Advogado - OAB-MT 8841-B